

Sumário

Prefácio 1.....	XI
Prefácio 2. Repressão Penal da Greve: uma Experiência Antidemocrática	XIII
Apresentação.....	XVII
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Conceitos Gerais.....	7
2.1. Elementos para a compreensão das teorias deslegitimantes ou legitimantes de um direito de greve	7
2.2. As teorias deslegitimantes ou legitimantes de um direito de greve.....	16
2.3. Conceito social de greve. O necessário desatrelamento do conceito jurídico.....	24
2.4. Origens do termo greve	26
2.5. Conceituação e natureza jurídicas da greve no Brasil.....	27
2.6. Titularidade do direito de greve	33
2.7. A questão dos interesses a defender	36
2.8. A controvérsia acerca da greve política.....	38
2.9. A oportunidade para o exercício da greve	43
2.10. Modalidades de greve. Outras manifestações operárias em conflitos coletivos do trabalho	44
2.11. Greve nos serviços ou atividades essenciais	48
2.12. Greves de servidores públicos	49
2.13. Vedação constitucional da greve de militar	56
2.14. Sistemas de regulamentação do direito de greve. Procedimentos legais para o exercício do direito de greve. Direitos correlatos assegurados aos grevistas.....	57
2.15. A relação de interdependência entre a justiça do trabalho (ou a instância administrativa) e a justiça criminal	61
2.16. <i>Lock-out</i>	64

Capítulo 3. Percurso Histórico dos Movimentos	
Grevistas no Mundo	67
3.1. A Era das Revoluções.....	71
3.2. A árdua conquista de uma tolerância mínima, e as idas e vindas	84
3.3. Os caminhos do reconhecimento do direito de greve	92
Capítulo 4. Percurso Histórico dos Movimentos	
Grevistas no Brasil	99
4.1. O período imperial.....	101
4.2. O período da Primeira República (1889-1930)	106
4.3. A era Vargas (1930-1945)	131
4.4. O período da “redemocratização” (1945 – 1964)	152
4.5. A ditadura militar (1964-1985).....	180
4.6. A Nova República (de 1985 em diante)	204
Capítulo 5. Estratégias de Criminalização dos	
Movimentos Grevistas	211
5.1. Criminalização das meras coligações ou coalizões operárias	217
5.2. Criminalização das greves pacíficas.....	226
5.3. Criminalização da utilização de certos modos de execução da greve, ou da ocorrência de certos resultados em seu curso.....	243
5.4. Criminalização das greves realizadas em desacordo com formalidades legais, com obrigação de paz firmada em convenção ou acordo coletivo ou contra determinação judicial.....	247
5.5. Criminalização das greves em serviços ou atividades essenciais	254
5.6. Criminalização das greves de funcionários públicos	274
5.7. Criminalização das greves de servidores militares.....	284
5.8. Criminalização das greves políticas	287
5.9. Criminalização das greves de solidariedade	297
5.10. Criminalização do impedimento ou da limitação ao exercício do direito de greve ou da liberdade sindical	301
Capítulo 6. A Legislação Penal Brasileira Vigente	305
6.1. Os crimes de atentado contra a liberdade de trabalho (art. 197)	311
6.2. Os crimes de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e o uso de violência ou grave ameaça para a boicotagem (art. 198, CP)	326

6.3. O crime de atentado à liberdade de associação (art. 199, CP)	335
6.4. O crime de prática de violência por ocasião de participação em greve ou lockout (art. 200, CP)	338
6.5. O crime de participação em lockout ou greve em trabalho de interesse coletivo	350
6.6. Os crimes de invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, e de sabotagem (art. 202, CP)	360
6.7. O crime de frustração de direito trabalhista (art. 203, CP)	372
Capítulo 7. Conclusões	381
Referências Bibliográficas	393